

**AgInt nos EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.353.142 - SP  
(2018/0219478-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : CAETANO EDUARDO GIANNONE PANCA  
**ADVOGADOS** : BENEDITO DE JESUS DE CAMPOS - SP187229  
FÁBIO PIRES GARCIA - SP187241  
**AGRAVADO** : PAULO AFONSO DE SOUSA DIAS  
**ADVOGADOS** : ANA PAULA VIESI - SP119451  
CRISTIANO BUGANZA - SP210466  
**INTERES.** : CONSTRUTORA PAULO AFONSO LTDA  
**ADVOGADO** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

**EMENTA**

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE AFRONTA AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. ALEGAÇÃO DE AFRONTA AO ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA. CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. INTERESSE CARACTERIZADO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. "A jurisprudência deste STJ, a legislação processual (932 do CPC/15, c/c a Súmula 568 do STJ) permite ao relator julgar monocraticamente recurso inadmissível ou, ainda, aplica a jurisprudência consolidada deste Tribunal. Ademais, a possibilidade de interposição de recurso ao órgão colegiado afasta qualquer alegação de ofensa ao princípio da colegialidade" (AgInt no AREsp 1.389.200/SP, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 26/03/2019, DJe de 29/03/2019).

2. Não se verifica a alegada violação ao art. 535 do CPC/73, na medida em que a eg. Corte de origem dirimiu, fundamentadamente, a questão que lhe foi submetida, não sendo possível confundir julgamento desfavorável, como no caso, com negativa de prestação jurisdicional, ou ausência de fundamentação.

3. Esta Corte pacificou entendimento no sentido de que há interesse de agir na propositura de ação de exibição de documentos, com vistas a obter o contrato firmado pelas partes, objetivando, em ação principal, discutir a relação jurídica deles originada. Precedentes.

4. Agravo interno desprovido.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira (Presidente), Marco Buzzi e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 28 de maio de 2019 (Data do Julgamento)

**MINISTRO RAUL ARAÚJO**

Relator

